



Anais da Assembléia

N° 123

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 18 DE OUTUBRO DE 1990

ANO XVI

Atos da Presidência:

RESOLUÇÃO N° 069/90

DATA: 11.10.90

SÚMULA: Autoriza a realização de plebiscito nas áreas territoriais denominadas Tijucu, Imbituva e Pavão, pertencentes ao município da Lapa a fim de que seja consultada a sua população, objetivando a anexação deste território ao município de Balsa Nova.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3° do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito nas áreas territoriais denominadas Tijucu, Imbituva e Pavão, pertencentes ao município de Lapa, a fim de que seja consultada a sua população, objetivando a anexação deste território ao município de Balsa Nova.

"Começa no rio Iguaçu na foz do rio Turvo, ou Espigão, ou da Ruchinska, subindo por este até a foz do Arroio Campestre ou Macaquinho, pelo qual sobe até sua nascente, de onde, por uma linha seca Leste-Oeste, de 3.000 metros, atinge o rio Vaca Gorda, e por este abaixo até sua foz no rio Corisco, pelo qual desce até sua foz no rio Iguaçu, descendo por este até a foz do rio Turvo, ou Espigão, ou da Ruchinska; ponto de partida".

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO",
em 11.10.90.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente.

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA
ATA DA 88.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 1990
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Algaci Túlio e Ezequias Losso.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Orlando Pessuti, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Costenaro Neto, Artagnão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto

Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gerente Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Aruda, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos e Vera Agibert (35). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Afonso Júnior, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Antônio Bárbara, David Cheriegate, Ferrari Júnior, Homero Oguido, José Alves, José Felinto, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Mário Pereira, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Rafael Greca e Valderi Mendes Vilela (18). Achando-se em licença o Senhor Deputado Luciano Pizzatto (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2° SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1° SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM n° 180/90

Curitiba, 15 de outubro de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Toledo o imóvel constituído pelos Lotes Urbanos sob n°s 4, 5, 6, 11 e 12, da Quadra 40, situados no distrito de Novo Sarandi, do referido Município, com área total de 4.200,00 m², sem benfeitorias, de propriedade do Estado do Paraná, conforme o que consta na transcrição n° 18.699, do Livro 3-L do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Toledo.

O plano de lei ora submetido a essa

augusta Casa consulta aos interesses da Administração, tendo em vista que tal doação, aliás reivindicada pelo Senhor Prefeito Municipal de Toledo, refere-se a imóvel que o Estado do Paraná recebeu por doação daquela Municipalidade, para construção de uma unidade escolar.

Tendo em vista a existência de estabelecimento estadual de ensino nas proximidades do imóvel cuja doação se pretende efetivar, a FUNDEPAR e a Secretaria de Estado da Educação informaram não haver nenhum projeto de utilização do questionado imóvel, sendo que, por essa razão, manifestaram-se favoráveis à presente proposição.

Certo de que a medida merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Toledo o imóvel constituído pelos Lotes Urbanos sob n.ºs 4, 5, 6, 11 e 12, da Quadra 40, situados no distrito de Novo Sarandi, do referido Município, com área total de 4.200,00 m², sem benfeitorias, de propriedade do Estado do Paraná, conforme o que consta na transcrição n.º 18.699, do Livro 3-L, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Toledo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM N.º 181/90

Curitiba, 16 de outubro de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembleia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo a, através do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF, alienar a Alceu Alves Falheiros e Alceu Kiyoku Falheiros ou a seus sucessores, o imóvel constituído do lote 04 da Gleba 18 da Colônia Boa Ventura, município de Pitanga, neste Estado, com área de 203.2941 hectares.

Cumpra esclarecer que a regularização do imóvel Boa Ventura vem sendo realizada nos termos da Lei n.º 7.055, de 4 de dezembro de 1978, em nome dos ocupantes, segundo o plano de colonização organizado em decorrência da discriminatória judicial que determinou o cancelamento das matrículas

que tinham origem no documento contestado pelo Estado do Paraná.

Não se trata de nova alienação e sim de regularização de áreas consideradas devolutas pela justiça e cujo processo vem se desenvolvendo gradativamente, porém neste caso torna-se necessária a participação do Poder Legislativo, atendendo ao que dispõe o art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, já citado.

Cumpra ainda destacar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através do expediente protocolado sob n.º 832.056-0, de 10.08.1990.

Certo de que a presente proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 182/90

Curitiba, 16 de outubro de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva criar 352 (trezentos e cinquenta e dois) empregos de Agente de Reclusão II, no Quadro de Pessoal CLT, do Departamento Penitenciário do Estado, unidade da Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social.

O plano de lei ora submetido a essa augusta Casa consulta aos superiores interesses da Administração e decorre de justificativa apresentada pela Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social, segundo a qual:

"A criação das vagas de que trata o presente anteprojeto de lei, impõe-se como medida essencial e inadiável para a estrutura de apoio administrativo do Departamento Penitenciário do Estado, vez que o Agente de Reclusão caracteriza elemento humano-funcional imprescindível, quantitativa e qualitativamente, no sistema prisional.

De há muito o Departamento Penitenciário do Estado, em seu gigantismo estrutural, resultante de carência de diagnósticos e terapêuticas específicos da prevenção e repressão do crime, está a necessitar do aumento de vagas para os cargos/funções de Agentes de Reclusão; esclareça-se que a necessidade originária envolvia 457 (quatrocentos e cinquenta e sete) vagas, mas, a Secretaria de Estado da Administração - SEAD -, em conjunto com a Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social - SEJA -, está promovendo o concurso público para o preenchimento

de 105 (cento e cinco) vagas remanescentes do mesmo cargo.

Destarte, como após levantamento criterioso das lacunas funcionais, detectou-se o desabrigo mínimo de 457 (quatrocentos e cinquenta e sete) vagas em todo o sistema penitenciário, dentro do equilíbrio entre a necessidade e a possibilidade, resulta inquestionável a urgência da criação de mais 352 (trezentos e cinquenta e duas) vagas, para o cargo de Agente de Reclusão II".

Certo de que a presente proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam criados 352 (trezentos e cinquenta e dois) empregos de Agente de Reclusão II, no Quadro de Pessoal CLT, do Departamento Penitenciário do Estado, unidade da Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social.

Art. 2º - O preenchimento das vagas de que trata o art. 1º obedecerá o disposto no art. 27, incisos I e II, da Constituição Estadual.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ofício:

OFÍCIO:

Sob o nº DTL/294/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 198/90, em razão de motivos expostos.
À Comissão de Constituição e Justiça.

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na qualidade de Líder do PTB, indico os Deputados para comporem a COMISSÃO PERMANENTE DE FISCALIZAÇÃO.

LUIZ ANTONIO SETTI - (Titular)

JOSÉ ALVES - (Suplente)

Sala das Sessões, em 18.10.90.

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

Líder do PTB

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2346

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência do Projeto de Lei n. 360/90, que regulamenta o parágrafo único do artigo

216 da Constituição Estadual, que dispõe sobre a criação, organização e competência do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente.

Sala das Sessões, em 18.10.90.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO Nº 2347

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência do Projeto de Lei n. 508/90 que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Bacia do Rio do Campo - RIOCAM, com sede e foro na cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 18.10.90.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO Nº 2348

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência do Projeto de Lei n. 520/90, que declara de Utilidade Pública Estadual a Sociedade Cultural Peru-Brasil, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 18.10.90.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO Nº 2351

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, em caráter de Regime de Urgência, o encaminhamento do projeto de lei, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Paranaense de Psicodrama - SPP, a uma imediata inclusão na Ordem do Dia, transformando-se o Plenário em Comissão Geral.

Sala das Sessões, em 18.10.90.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO Nº 2359

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário preferência de votação e discussão para o Projeto de Lei n. 480/90.

Sala das Sessões, em 18.10.90.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2361

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, preferência de discussão e votação para os Projetos de Lei ns. 514, 512, 511, 510 e 439/90, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 18.10.90.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2362

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, preferência de discussão e votação, para o Projeto de Lei n. 184/89, item 16, que institui a Federação das Instituições de Ensino do Vale do Iguaçu, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 18.10.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 2342

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n. 112/86 após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, dispensa de discussão e votação da Redação Final, para os projetos aprovados em 3ª. Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 18.10.90.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 2354

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja colocado em Regime de Urgência, com a inclusão na Ordem do Dia da sessão plenária da próxima segunda-feira, dia 22 de outubro, com a constituição desta Assembléia em Comissão Geral para emissão do devido parecer, o Projeto de Lei n. 488/90, que autoriza a estadualização do Colégio Cenecista Marechal Arthur da Costa e Silva, ensino de 2º grau, sito no município de Japira - PR.

Sala das Sessões em 18.10.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 2358

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a Dispensa de Redação Final para o Projeto de Lei n° 514/90, que cria a Carreira Especial de Advogado do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.10.90.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO N° 2335

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35

do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a Constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n. 41/90, que concede transporte coletivo intermunicipal, gratuito, para maiores de 65 anos de idade, em território paranaense.

Sala das Sessões, em 18.10.90.

(a) CÂNDIDO BASTOS

REQUERIMENTO N° 2336

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a Constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n. 286/90, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Núcleo São Cristovão, com sede e foro no município de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 18.10.90.

(a) CÂNDIDO BASTOS

REQUERIMENTO N° 2337

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a Constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n. 367/90, que declara e Utilidade Pública a Associação Atlética Santa Maria, com sede e foro no Município de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 18.10.90.

(a) CÂNDIDO BASTOS

REQUERIMENTO N° 2338

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a Constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n. 368/90, que declara e Utilidade Pública a Associação dos Deficientes de Guarapuava, com sede e foro no Município de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 18.10.90.

(a) CÂNDIDO BASTOS

REQUERIMENTO N° 2339

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35

do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a Constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n. 459/90, que concede Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor Ozeil Moura dos Santos, pelos relevantes serviços prestados ao nosso Estado e País.

Sala das Sessões, em 18.10.90.

(a) CÂNDIDO BASTOS

REQUERIMENTO N° 2343

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Ata da presente sessão, voto de profundo pesar, pelo passamento da Senhora Margherita Sannini Masini, ocorrido em data de 17 de setembro próximo passado, em Ponta Grossa, com a idade de 93 anos.

Natural da Itália, a Senhora Margherita era viúva do Senhor Carlos Masini e mãe do Deputado Federal Giovanni Pedro Masini, representante do Paraná e, a nível regional, da Região dos Campos Gerais.

Deixa também os seguintes filhos: Luíza Masini, André Masini, Maria Helena Masini e Frederico Masini.

O lamentável acontecimento abalou a sociedade pontagrossense, onde a mesma gozava da maior estima e admiração dos muitos amigos que possuía.

Desta decisão, Requer, ainda, seja dada ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua Dr. Paula Xavier, 615 - Ponta Grossa-Pr.

Sala das Sessões, em 18.10.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 2344

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento do jovem Mario Jorge de Moura Torres, ocorrido em 08 de outubro do corrente ano.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao pai da pessoa acima mencionada:

Ilmo. Sr.

ABEL DE MOURA TORRES

Av. República do Paraguai, 1447

85.870 - MEDIANEIRA - PR.

Sala das Sessões, em 18.10.90

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2355

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação de Voto de Profundo

Pesar pelo infausto passamento do Senhor Alfredo Simonetti, ocorrido no dia 16 de outubro de 1990, na cidade de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 18.10.90.

(a) EDUARDO BAGGIO

JUSTIFICATIVA:

Pioneiro da Região Noroeste do Paraná, Alfredo Simonetti, teve atuação destacada na busca de promover o desenvolvimento do Município de Paranavaí e toda aquela região, tendo sido responsável por inúmeras conquistas em benefício daquelas comunidades.

Seu falecimento enluta a família paranense, pois durante toda a sua vida, sua conduta proba, digna e ilibada lhe angariaram o respeito e admiração daqueles que compartilharam da sua convivência.

Requeiro, ainda, seja enviado cópia deste à família enlutada, residente à Rua Bahia, 244, Paranavaí- Pr.

REQUERIMENTO N° 2349

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de congratulações ao Jornal Paraná Oeste, de Cascavel, tendo em vista a matéria intitulada "Profissão: Professor. Quem se habilita?"

Com uma abordagem clara e objetiva, a matéria enfoca o problema do professor exatamente com ele se apresenta, envolvido em uma crise educacional que não é de conjuntura, mais estrutural, agravada ao longo de várias décadas.

"A profissão de ensinar, que enfrenta fase de desestímulo, tem sofrido grande baixa de pessoas que partiram para outro campo de trabalho... para superar a crise do ensino no País... o encaminhamento do ensino é para a conscientização e libertação das massas excluídas do processo participativo democrático".

Trechos como o transcrito acima, mais uma vez evidencia que não há motivo para comemorar. No dia do Professor, não vale apenas a exaltação de que o seu ofício é um sacerdócio. Os sacrifícios, sobre-humanos até, se sucumbem a cada momento, quando a carência de condições mínimas para o ensino-aprendizagem inexistem, reflexo do descaso de uma Nação que, através dos governos, nada tem feito para resgatar a escola como fator de progresso e libertação, já atingidos por muitos países.

Sala das Sessões, em 18.10.90.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO N° 2356

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, por ocasião do Dia do Médico,

REQUER, na forma regimental, após ouvido o do Plenário, a formulação de homenagem especial ao Dr. Ney Regattieri Nascimento, em nome de todo o Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 18.10.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Nascido em 10 de março de 1923, o Dr. Ney Regattieri é um profissional ilibado e respeitadíssimo.

Tido como um dos expoentes da medicina paranaense é com verdadeira devoção que pratica a medicina.

Especializado em anesthesiologia, trabalha há mais de quarenta anos na Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, onde é reconhecido por sua humanidade e grande inteligência.

Ao escolhermos sua figura para sintetizar as homenagens por ocasião do Dia do Médico, neste Poder, o fazemos por sua folha de serviços prestados ao nosso Paraná: no Pronto Socorro do Hospital Cajuru, na Maternidade Curitiba, Hospital Pequeno Príncipe e outros, além do magistério na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, onde com verdadeira dedicação, empresta lições aos futuros médicos do Paraná.

Suas lições maiores, sem dúvida, são as da ética, da lisura, da dedicação, da fraternidade, da sua humanidade incontável e do respeito à vida.

Em termos de tantas crises, inclusive, no campo dos valores morais, é preciso homenagear a estes homens, que são reservas morais da nossa sociedade.

Num país difícil como o nosso, onde saúde é colocada em segundo plano, não é possível deixarmos de falar daqueles que se doam para que ela realmente seja um direito de todo cidadão, a qualquer preço.

Neste sentido, nossas palavras alcançam todos os profissionais sérios da medicina, na figura impoluta deste sacerdote da medicina, Ney Regattieri Nascimento.

Que do presente se dê ciência ao homenageado, ao Governador do Estado, ao Secretário da Saúde, Ministro da Saúde, Provedor Geral da Santa Casa e aos diretores dos demais hospitais citados, bem como, ao Magnífico Reitor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

REQUERIMENTO N° 2357

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial do Poder Legislativo ao Senhor Governador do Estado, Álvaro Dias, e ao Secretário de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social, Prof. Odeni Mongrue, a fim de sensibilizá-los quanto à dramática situação dos asilos S. Vicente de Paulo e Recanto dos Velhinhos do Tarumã.

Sala das Sessões, em 18.10.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Entidades que prestam serviços através de convênio com o Estado do Paraná, o Asilo S. Vicente de Paulo e o Recanto Tarumã, mantidos pelas Irmãs Passionistas de São Paulo da Cruz, há sete meses não recebem qualquer recurso da FASPAR.

Para calcular-se a dimensão do problema é preciso vermos que os meses de janeiro, fevereiro e março foram pagos, defasadamente, no mês de julho.

A partir daí, nada mais foi pago, muito embora as entidades continuem com suas portas abertas aos idosos, durante estes sete meses.

Quando do primeiro atraso, enviamos ao Secretário da Ação Social um expediente solicitando a regularização dos repasses e recebemos como respostas a alegação de que era aguardada a aprovação, pela Assembléia Legislativa, de autorização própria.

Esta Casa, entretanto, tem aprovado com celeridade os pedidos de créditos suplementares à FASPAR, inclusive, recentemente, provenientes da LOTOPAR, no valor de Cr\$ 160.300.000,00 (cento e sessenta milhões e trezentos mil cruzeiros).

Destarte, parece difícil acreditar que não haja recursos para destinação aos asilos que prestam um belíssimo trabalho à terceira idade carente do Paraná.

Basta ir até os asilos para atestar as dificuldades. Como sempre, as portas continuam abertas pela oblação das Irmãs Passionistas e a colaboração incansável da comunidade.

Temos certeza que o lapso que originou tal atraso será brevemente corrigido pela lucidez do Secretário Prof. Odeni Mongrue e os recursos serão imediatamente liberados, honrando os convênios assinados e os compromissos sociais daquela pasta.

Que do presente se dê ciência às entidades em questão.

REQUERIMENTO N° 2360

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, a fim de que determine ao D.S.T.C., do D.E.R., a ampliação por mais 1.500 metros de extensão, em pista pavimentada, na linha de ônibus que atende a região de Pontal do Sul.

Sala das Sessões, em 18.10.90.

(a) RENATO ADUR

Apoiamento: Artagão Mattos Leão, Dirceu Manfrinato, Lauro Lobo Alcantara, Pirajá Ferreira, José Rogério Carvalho.

JUSTIFICATIVA:

A medida sugerida, em endossar expediente idêntico, protocolado no órgão, pelo ilustre Edil da Capital, Tito Zeglin.

Transcrição:**REQUERIMENTO N° 2350**

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, a transcrição nos Anais deste Poder do artigo publicado no Jornal Folha de Londrina, desta data, de autoria do ilustre médico José Eduardo Siqueira.

(a) Sala das Sessões, em 18.10.90

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

Médico, cardiologista e professor adjunto da Universidade de Londrina, o Dr. José Eduardo Siqueira, em brilhante artigo publicado no Jornal Folha de Londrina, fala com propriedade e autoridade sobre os problemas e dificuldades no exercício de sua função e, principalmente, atina quanto à função social do médico, no Brasil de hoje.

Sem dúvida, uma argumentação oportuníssima neste Dia do Médico e nestes dias de tantas enfermidades físicas e sociais.

Que do presente se dê ciência ao homenageado e ao Jornal Folha de Londrina.

Projetos de Lei:**PROJETO DE LEI N° 528/90**

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Paranaense de Psicodrama-SPP, com sede e foro nesta Capital.

Art.2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.10.90

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

O plano de lei que ora propomos ao douto Plenário, além de atender os requisitos legais é altamente meritório, como se vê da "História do Desenvolvimento" que integra esta justificativa.

Por estas razões, solicitamos a aprovação da medida proposta.

PROJETO DE LEI N° 529/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1° - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao médico José Cardoso Azevedo.

Art.2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.10.90

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

Apoiamento: Algaci Túlio.

JUSTIFICATIVA:

O médico, José Cardoso Azevedo, é baiano da cidade de Paramirim. Chegando ao Paraná nos primeiros anos de vida, a família se radicou na cidade de Andirá no Norte pioneiro onde, ficando órfão de pai, em plena meninice, passou a trabalhar na desbravagem das florestas e na agricultura como bóia-fria, mais tarde trabalhou como pedreiro e apesar das dificuldades de menino pobre, cursou o primeiro grau. Transferindo-se a Curitiba, cursou o segundo grau no Colégio Estadual do Paraná, na mesma época que ingressava no quadro funcional desta Casa de Leis, passando por alguns setores, dentre eles: a Ordem do Dia, ali permanecendo por longa data, até formar-se em medicina no ano de 1.964, pela Universidade Federal do Paraná, muito enriquecendo o quadro funcional deste Poder, até a data da sua aposentadoria.

Como Chefe do Serviço de Queimados, do Hospital Evangélico do Paraná, dado ao seu espírito empreendedor e visão futurista, possibilitou a reformulação daquele serviço; colocando o atendimento da traumatologia de queimados, dado a técnica ali desenvolvida, aliada aos mais sofisticados equipamentos, muitos anos à frente nesse tipo de atendimento, comparado em qualidade, apenas ao Hospital das Clínicas de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Finda a leitura do expediente.

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente nem no Grande Expediente. Passa-se ao Horário das Lideranças.

Não havendo oradores inscritos no Horário das Lideranças, passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 35 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Luiz Antonio Setti, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados para compor a Comissão Permanente de Fiscalização. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, com apoio do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e vo-

tação para os Projetos de Lei n.ºs 514, 512, 511, 510 e 439/90. Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n.º 184/89. Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n.º 480/90. Aprovado.

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação, acima aprovados:

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 514/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 179/90), que cria a Carreira Especial de Advogado do Estado do Paraná, integrada pelos ocupantes de empregos e cargos públicos de Advogados e Assistentes Jurídicos estáveis da Administração Direta e Autárquica do Estado do Paraná, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 512/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 177/90), que dispõe sobre a Gratificação Policial Militar Especial, de que trata o artigo 89, item 3 da Lei n.º 6.417 de 03/07/73, na forma que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 511/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 174/90), que dá nova redação ao artigo 72 da Lei n.º 6.417 de 03 de julho de 1973. (Artigo 72 - A etapa é a importância e dinheiro correspondente ao Custeio da ração da região ou localidade considerada, fixada mensalmente). Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do projeto de Lei n.º 510/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 176/90), que eleva a gratificação que trata o artigo 92 da Lei Complementar n.º 14/82 - Gratificação pelo regime especial de trabalho policial. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 439/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 175/90), que dispõe sobre a gratificação Policial Militar Especial, calculada sobre o soldo do respectivo posto ou graduação. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado..

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 184/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que institui a Federação das Insti-

tuições de Ensino Superior do Vale do Iguaçu. Aprovado. (Public. no DA. n.º 66 de 08.08.89).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 480/90, de autoria do Deputado PIRAJÁ FERREIRA, que altera a Lei n.º 9.302, de 19 de junho de 1990, que criou o município de Guaraituba. Aprovado. (Public. no DA. n.º 106 10.09.90).

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 326/89, de autoria do Deputado NAMIR PIA-CENTINI, que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário Integrado do Farol, com sede e foro no Distrito de Farol. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 339/89, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que declara de Utilidade Pública o Sindicato Rural de Cianorte, com sede e foro no Município de Cianorte. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 016/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANIBELLI, que assegura a colocação de Balanças de Precisão na saída dos caixas de supermercados. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 425/90, de autoria do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ (Ofício n.º 692/90), que objetiva reestruturar o Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e adota outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. As emendas foram retiradas pelo autor. Projeto - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 066/90, de autoria do Deputado NAMIR PIA-CENTINI, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Terra Boa, para que a população decida sobre a criação do Município de Malu. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 095/89, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que autoriza o Poder Executivo a criar Parque Florestal no Município de Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., C.E.M.A., por unanimidade, Comis-

são da Agricultura. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 175/89, de autoria do Deputado NAMIR PIA-CENTINI, que concede a Senhora DEA AMARAL, viúva do ex-Prefeito do Município de Campo Mourão, Horácio Amaral, uma pensão mensal no valor equivalente a 02 (dois) salários-mínimos de referência. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 499/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 168/90), que institui a Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu - UNIVALE, com sede e foro provisórios na cidade de Palmas, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

Sobre o referido projeto, emendas em n. 06 (seis), de autoria de diversos Senhores Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA-CORRETIVA DE
PLENÁRIO DE N° 01 AO
PROJETO DE LEI N° 499/90

Que altera a redação do Parágrafo Único do Art. 1° do Projeto de Lei n. 499/90 que cria a UNIVALE.

Substitua-se a redação do Parágrafo Único do artigo 1°, como segue:

Art. 1° -

"Art. 1° - Parágrafo Único - A Comissão de implantação da UNIVALE, definirá, dentro de 60 (sessenta) dias após a aprovação desta lei, a sede e foro definitivo da Fundação, mediante levantamento das condições educacionais, sociais, econômicas e geográficas de cada município sede de I.E.S., de forma isonômica e usando como fontes o IBGE e IPARDES.

Sala das Sessões, em 18.10.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Apoioamento:

Lauro Lobo Alcantara, Raul Lopes, Rubens Bueno e Algaci Túlio.

JUSTIFICATIVA:

A emenda proposta dá mais objetividade ao presente plano de lei, vez que evita maiores delongas para a definição da sede e foro definitivo da Fundação Universidade Estadual.

EMENDA MODIFICATIVA-ADITIVA,
DE PLENÁRIO DE N° 02.

Altera a redação do art. 3° do Projeto de Lei n. 499/90, que cria a UNIVALE, e dá outras providências:

Substitua-se a redação do Art. 3°, como segue:

"Art. 3° - As Faculdades que congregam a Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu - UNIVALE, procederão a doação de seus respectivos patrimônios ao Governo do Estado do Paraná, após aprovação desta lei.

"Parágrafo Único - A doação do patrimônio das instituições que formam a Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu - UNIVALE, será procedida imediatamente após a escolha definitiva da sede e foro da mesma".

Sala das Sessões, em 18.10.90.

(aa) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

RENATO ADUR e

JOSÉ FELINTO

Apoioamento:

Basílio Zanusso e Raul Lopes.

JUSTIFICATIVA:

Nossa objetividade ao apresentar a presente emenda, será de evitar atropelamento no que trata das doações pelas Faculdades envolvidas na formação da UNIVALE, sem que antes seja definido a sede e foro definitivo da Fundação.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 03

Inclua-se, onde couber, artigo com a seguinte redação:

"Art. - Aplica-se à Fundação Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO, criada pela Lei n° 9295, de 13 de julho de 1990, o disposto nos artigos 7° e 8° desta lei".

Sala das Sessões, em 18.10.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

Apoioamento: João Arruda, Rubens Bueno, Neivo Beraldin e Ferrari Júnior.

EMENDA MODIFICATIVA DE N° 04

Altera a redação do parágrafo único do Art. 1°, do Projeto de Lei n° 499/90, que cria a UNIVALE:

Art. 1° - ...

"O Parágrafo Único do Art. 1°, passa a ter a seguinte redação:

Parágrafo Único - A sede e foro da Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu - UNIVALE, estabelecer-se-á provisoriamente pelo prazo de um (01) ano, no máximo, na Comarca de Palmas - PR, sendo que a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico ou seu órgão sucessor, no prazo acima, definirá a sede e o foro definitivos, de forma que melhor atenda os interesses dos Municípios que integram a área de abrangência da UNIVALE, fundamentado nos critérios geográficos, sociais, econômicos e educacionais, obedecidas as informações técnicas.

cas do IPARDES, idênticamente".

Sala das Sessões, em 17.10.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Apoiamto: Tadeu Lúcio Machado, Acir Mezadri, Pedro Tonelli, Basílio Zanusso e João Arruda.

JUSTIFICATIVA:

A emenda proposta dá mais objetividade ao presente projeto de lei. Pretende conferir melhor atendimento às necessidades do ensino de 3º grau na Região do Vale do Iguaçu, de vez que, evitará maiores conflitos para a definição da sede e foro definitivo da UNIVALE.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE N° 05

Art. 1º - Fica suprimido o parágrafo único do Art. 1º, do Projeto de Lei n° 499/90.

Art. 2º - Inclua-se como art. 2º, incisos e parágrafo único, a redação que se segue, remunerando-se o restante do projeto.

"Art. 2º - A sede provisória da Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu - UNIVALE, será na cidade de Palmas-PR, sendo que no prazo de 01 (um) ano após a vigência desta lei a Comissão de Implantação entregará à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, ou ao órgão que venha a sucedê-la, o relatório final, para que esta, através de levantamento efetuado pelo IPARDES em cada Município sede das instituições de ensino superior participantes, escolha a sede definitiva, baseando-se no seguinte critério:

- I - social;
- II - econômico;
- III - educacional; e,
- IV - geográfico.

Parágrafo Único - Para efeito de cálculo, o peso de cada critério deverá ter o mesmo valor."

Sala das Sessões, em 18.10.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoiamto: João Arruda, Neivo Beraldin, Lauro Lobo Alcantara, José Rogério Carvalho e Orlando Pessuti.

EMENDA MODIFICATIVA DE N° 06

Altera a redação do art. 6º, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 6º - O Diretor-Presidente e o Diretor Vice-Presidente da Fundação, serão escolhidos pelo Governador do Estado, dentre uma lista sêxtupla constituída por um representante de cada uma das instituições enumeradas no art. 1º.

§ 1º - Os Diretores e Vice-Diretores das Faculdades incorporadas, bem como os integrantes da lista sêxtupla a que se refere o "caput" deste artigo, serão escolhidos no âmbito de cada Instituição, na forma da Lei n° 8345/86.

§ 2º - Os Diretores e Vice-Diretores das Faculdades serão nomeados pelo Governador do Estado."

Sala das Sessões, em 17.10.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVAHO

Apoiamto: Tadeu Lúcio Machado, Acir Mezadri, Pedro Tonelli, João Arruda e Basílio Zanusso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a emenda e o projeto.

Os Srs. Deputados que aprovam a ambos, queiram conservar-se como estão. Aliás, há mais duas emendas.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Algaci Túlio) - (Lê as outras emendas ao Projeto de Lei n° 499/90.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai submeter a votação do Projeto em 2ª Discussão e vai anexar as emendas para que sejam publicadas na Ordem do Dia de terça-feira. O projeto voltará terça-feira, porque são inúmeras emendas, algumas até parece que de caráter conflitante. O projeto volta ao relator e as emendas serão publicadas em avulso. Segunda-feira todas as emendas serão publicadas em avulso e o projeto voltará na sessão de terça-feira.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Consulta Vossa Excelência, até para que nós possamos discutir a questão com Vossa Excelência com respeito ao Projeto n° 514/90, que está sendo votado nesta Casa.

Nós tínhamos encaminhado uma emenda e eu justifico até pela presença dos interessados na sessão. No entanto, como houve preferência, a votação foi feita antes de a Mesa tomar conhecimento da emenda que aí estava devidamente apoiada.

Essa emenda é apenas modificativa do art. 6º do projeto original, que diz o seguinte, no artigo:

"Aos integrantes da carreira de que trata essa lei, aplica-se os direitos e deveres das carreiras tratadas no título 4º da Constituição, inclusive os reajustes ocorridos durante a tramitação desta lei".

A emenda substitutiva dizia o seguinte:

"Aos integrantes da carreira de que trata essa lei aplica-se do que couber os direitos, deveres e vedações das carreiras tratadas no artigo".

Exatamente para o tratamento isonômico de carreira e de funções tem que haver direitos, deveres e vedações semelhantes. Ademais, suprimia os reajustes ocorridos porque no art. 18 desta mesma lei, ele já trata do assunto, não altera em absoluto - eu espero paciência de Vossa Excelência, porque estou folheando.

O art. 18 diz o seguinte:

"Os valores contidos no anexo que trata o art. 3º serão reajustados nos percentuais e época da vigência do aumento concedido ao funcionalismo em geral". Está tratado no art.18.

Eu consulto Vossa Excelência, porque tenho sérias dúvidas com respeito à possibilidade de sanção total do projeto, se nós não alterarmos, porque direitos e deveres não se confundem com vedações, e para que se possa até dar um tratamento isonômico para uma carreira precisa ter direitos, deveres e vedações das demais carreiras jurídicas.

Não sei como Vossa Excelência procederá no assunto, e consulto-o para que possamos encontrar uma solução.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Eu ouvi com muita atenção a justificativa da emenda apresentada pelo nobre Deputado Caíto Quintana. Entretanto, não há mais o que fazer.

Quanto à possibilidade de veto, pela primeira vez nesta Casa que um governador veta sua própria mensagem. Mensagem do Governador do Estado eu acho absolutamente impossível que seja vetada.

Entretanto dentro do hábito de escrutínio que Vossa Excelência tem prestado aos trabalhos da Mesa, eu espero uma solução da Mesa, mas eu acho que não cabe mais emenda, porquanto já foi votado em terceiro turno.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Deputado Erondy, eu espero que Vossa Excelência, entenda a minha colocação. A emenda colocou em votação. A minha preocupação é em absoluto na questão de veto ou não veto de uma mensagem que é governamental. Ocorre que, eu chamo atenção a isso, se nós não atribuímos para uma carreira jurídica direitos e deveres e vedações que as demais carreiras jurídicas têm nas vedações, vamos ser explícitos no exercício por exemplo, da advocacia, pode-se levantar a questão de que não haja isonomia de função, de tratamento, de vedações e de direitos, portanto não haja isonomia. Bem pelo contrário que Vossa Excelência possa interpretar a minha intenção é aperfeiçoar o projeto para evitar que haja algum problema no futuro.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu também entendi a intuição.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa recebe a questão de Ordem do nobre Deputado Erondy Silvério e considera a matéria aprovada. No entretanto Sua Excelência, o Governador pode regulamentar a referida lei por decreto, julgando por ana-

logia as matérias que já se tornaram lei.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Eu requeiro a suspensão da sessão por dez minutos, antes que Vossa Excelência decida pela não aceitação da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A emenda não pode aceitar mais porque ela foi extemporânea. Ao Governador cabe regulamentar a Lei por Decreto.

Segue-se a Sessão.

O SR. NELSON VASCONCELLOS (Questão de Ordem) - Senhor Presidente.

Hoje assistindo "Bom Dia Paraná", vi uma grave acusação do Líder da Bancada do PMDB, contra a Mesa da Assembléia, aonde ele expunha que existiam 80 Projetos Governamentais engavetados. E eu estranhei este fato, sendo que o PMDB sob a sua liderança, que mantinha sempre a maioria nesta Casa, e ele pós-eleição foi denigrir a Assembléia Legislativa do Estado neste programa.

E eu aqui trago meu veemente protesto, contra a posição do Líder do PMDB, contra a Mesa, contra a Comissão Executiva dessa Casa, da qual eu tenho o maior respeito. E, aqui fica registrada a minha indignação ao Líder Caíto Quintana, por este fato, de que ele como Líder do partido majoritário desta Casa, se, durante estes quatro anos não tomaram posições a respeito deste fato, não seria no dia de hoje, a tomar.

Eu acho dele, uma mediocridade política, uma falta de ética contra a Mesa Executiva da qual sempre esteve ligado, sempre teve os seus favorecimentos, e aqui então, Senhor Presidente, fica o meu protesto contra as declarações do Líder Caíto Quintana.

E em defesa da Assembléia Legislativa, em defesa daqueles que aqui sempre estiveram trabalhando em prol do Paraná e do povo paranaense.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Pela Ordem, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, não para justificar, apenas que, possivelmente o nobre Deputado Nelson Vasconcellos não tenha assistido o programa ou não tenha entendido o programa. Pelo contrário, a reportagem me perguntou a respeito de matérias, e a resposta, o Canal 12 tem gravado, Deputado Nelson Vasconcellos, eu até assistiria junto com Vossa Excelência.

A minha colocação, e muitos Deputados devem ter assistido, que poderia ser até diferente, e não o foi.

Foi uma justificativa de que neste ano houve muitas mudanças partidárias, razão

pela qual foi difícil de encontrar o coeficiente de participação de cada Bancada para a instalação das comissões permanentes da Casa, o que levou a Assembléia a votar matérias através de Comissão Geral em Plenário, o que retarda trabalho.

Em instante algum me proponho a assistir com Vossa Excelência, ou com quem Vossa Excelência indicar como testemunha, para que possamos assistir a gravação, pois, eu acho que foi altamente elogiosa inclusive a Assembléia Legislativa até porque nunca foi meu estilo achacar acusações contra ninguém.

Apenas para registrar junto, Senhor Presidente, que não houve, em absoluto, de minha parte em 8 anos aqui, dentro, nenhuma atitude para denegrir o Poder, pois, tenho lutado pela valorização do mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa agradece ao nobre Deputado Nelson Vasconcellos, a solidariedade e também aceita as explicações do Deputado Caíto Quintana.

Se a Mesa pode ser acusada de alguma coisa, é pela benevolência com que tem conduzido os trabalhos desta Casa, principalmente, violando às vezes até o Regimento Interno, para aprovar matérias de interesse do Poder Executivo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 108/90, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do Município de Itacolomi. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 108/90
PARECER:

O presente projeto de resolução, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, tem por finalidade a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do Município de Itacolomi.

O projeto de resolução em tela, atende ao disposto no art. 19, § 1º inciso II da Constituição Estadual, não existindo óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 17.10.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

ALGACI TÚLIO

Relator.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 109/90, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do Município de RIO BRANCO DO IVAÍ. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 109/90

P A R E C E R:

O presente projeto de resolução, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, tem por finalidade a realização do plebiscito na área que especifica, para que a população do Município de Grandes Rios decida sobre a criação do Município de Rio Branco do Ivaí.

O projeto de resolução em tela atende ao disposto no art. 19, § 1º, inciso II da Constituição Estadual, não existindo óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, 17.10.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

ALGACI TÚLIO - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 349/89, de autoria da Deputada AMÉLIA HRUSCHKA, que concede pensão mensal a Sra. ZULEICA TEODORO DE OLIVEIRA, viúva do ex-Prefeito Antônio Teodoro de Oliveira, no valor equivalente a 2 (dois) salários-mínimos de referência. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 106, de 27.11.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 349/89

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria da nobre Deputada Amélia Hruschka, tem por finalidade conceder pensão mensal a Sra. Zuleica Teodoro de Oliveira, viúva do ex-Prefeito Antônio Teodoro de Oliveira, no valor equivalente a 2 (dois) salários-mínimos de referência.

Conforme a justificativa que acompanha a matéria o ex-Prefeito Antônio Teodoro de Oliveira, prestou relevantes serviços ao Município de Campo Mourão durante toda a sua existência. A viúva do falecido, Sra. Zuleica Teodoro de Oliveira, necessita dessa pensão mensal para sua subsistência. No que se refere aos aspectos constitucionais, legais e regimentais, não encontramos qualquer impedimento ao prosseguimento da medida proposta, manifestamo-nos pelo parecer favorável à aprovação do mesmo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.12.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

ANTÔNIO COSTENARO NETO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 358/89, de autoria do Deputado NAMIR PIACENTINI, que declara de Utilidade Pública a COMUNIDADE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO - COMCAM, com sede e foro no Município de Campo Mourão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 109, de 30.11.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 358/89

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Excelentíssimo Sr. Deputado Namir Piacentini, visa declarar de Utilidade Pública a Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão - COMCAM, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Analisando a documentação anexada a este, verificamos que a mesma atende as exigências da lei pertinente.

Diante do exposto, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.12.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

RAUL LOPES - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 389/89, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DAS PESSOAS DEFICIENTES DE DOUTOR CAMARGO, com sede e foro no Município de Doutor Camargo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 118, de 13.12.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 389/89

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Excelentíssimo Sr. Deputado Ferrari Júnior, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação das Pessoas Deficientes de Doutor Camargo, com sede e foro no Município de Doutor Camargo.

O projeto de lei em tela atende todas as formalidades exigidas na Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre declaração de Utilidade Pública.

Formalmente a matéria apresenta-se irretocável, inexistindo óbice à sua tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.12.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

GERNOTE KIRINUS - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 399/90, de autoria do Deputado JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO, que altera a redação do artigo 1°, da Lei n° 9184, de 08.01.90. Aprovado (Publ. no D.A. n° 86, de 06.08.90).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimentos de n°s 2358, 2346, 2347, 2348 e 2349, de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2342, de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O Deputado Caíto Quintana requer inclusão na Ordem do Dia, do projeto de lei que autoriza a alienação dos imóveis. O requerimento será apreciado na sessão de segunda-feira, porque o projeto sofreu emendas e é preciso que se requeira a Comissão Geral.

Requerimento de n° 2351, de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2336, 2337 e 2338, de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2339 e 2335, de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Antes do término da sessão, a Mesa anuncia o Relator dos projetos e mensagens governamentais de suplementação de verba, Deputado Eduardo Baggio.

Vossa Excelência tem 48 horas para emitir o seu brilhante Parecer.

Requerimento de n° 2354, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2350, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de n° 2360, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, com apoio dos Senhores Deputados Artagnão Mattos Leão, Dirceu Manfrinato e demais Senhores Deputados, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2343, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2344, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - Aprovado.

Requerimento de n° 2355, de autoria

do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2356 e 2357, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2313, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 95 e 175/89, e dos Projetos de Resolução n°s 108 e 109/90.
- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 184, 349, 358 e 389/89, 399 e 480/90.
- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 142/89, 239, 458 e 518/90.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 18 DE OUTUBRO DE 1990.

"DIA DO MÉDICO"

Escutem-nos, por favor, mesmo que seja apenas hoje.

José Eduardo Siqueira

"No exercício da minha arte ou fora dela silenciarei sobre tudo o que vir e ouvir, considerando sempre a descrição como um dever. Que me seja dado gozar da vida e da profissão, honrado entre os homens se bem cumprir este voto; se o violar e perjurar, que tenha a sorte adversa".

É o juramento que fazemos ao recebermos autorização para o exercício da arte de curar ou amenizar as dores dos homens.

Hoje sabemos que os médicos experimentam a sorte adversa, não por descumprirem seus votos mas por estarem aviltados no exercício de sua profissão. O forte laço que sempre existiu entre médicos e pacientes foi dando lugar, pouco a pouco, a uma relação quase impessoal, mediada pelos Serviços Médicos de Previdência Social e das empresas de medicina de grupo que criaram a chamada "medicina de consumo", que acabou por gerar sérias distorções. As vítimas são o contribuinte, que recebe uma assistência inteiramente insatisfatória e o médico, que vê suas condições de trabalho e salariais deteriorarem.

Dados do Sindicato Nacional das Empresas de Medicina de Grupo revelam que nos últimos anos houve um impressionante crescimento na aquisição de planos individuais de seguro saúde. Obviamente toda e qualquer empresa tem como principal intenção o lucro, que no caso em questão passou a advir do trabalho médico. Obrigado a atender um número excessivo de pacientes em condições insatisfatórias, limitado no tempo e na liberdade de investigação laboratorial, os médicos deixam de bem exercer sua nobre arte para cumprir tarefas que lhe são impostas por seus patrões. Estes, além de controlarem os atos médicos, invariavelmente isentam-se de qualquer responsabilidade quando eventuais problemas são apontados pelos pacientes. Os convênios habilmente vendem uma pretensa assistência de boa qualidade. O que fazem em realidade, é oferecer muita coisa apenas no papel. Nenhum controle oficial eficaz é exercido sobre esses grupos, produtores de douradas pílulas, e infelizmente, acabam sendo ministradas pelas mãos dos médicos a penalizados e enganados consumidores - os pacientes.

Em Londrina, temos adicionalmente uma situação mais grave, por suportarmos uma deficiência crônica de leitos hospitalares que supera hoje o n° 1000. Nossos hospitais parecem-se muito com aqueles instalados em campanhas de guerra. No PS do H.U. pode-se encontrar, em qualquer dia, doentes internados em macas e até mesmo em cadeiras. Os políticos reservam como tema de suas campanhas eleitorais um grande espaço para a saúde do povo. Quando investidos no poder, porém, esquecem-se das promessas e refugiam-se em seus confortáveis gabinetes. Quando, eventualmente, o pobre e sofrido contribuinte manifesta-se anulando o voto, eles revoltam-se e nada entendem.

O desrespeito à vida humana atingiu limites verdadeiramente insuportáveis. E o médico, atônito, percorre os corredores dos hospitais buscando soluções, improvisando e conseguindo o impossível, que é diminuir a dor do seu irmão. Terminando o plantão mal pago, mal dormido, com serviço prestado que não o satisfaz, segue este profissional do impossível para um ambulatório onde, obrigatoriamente atenderá 25 pacientes numa minúscula e desaparelhada sala. Tudo isso precisa ser feito sem erros. A vida humana não aceita erros. O médico não pode falhar. Depois dessa "via crucis", esgotado o médico reunido à sua família assiste o "Jornal Nacional" anunciar o mais recente aumento que os deputados de um estado desse nosso Brasil amado decidiram para eles próprios. Faz uma rápida conta e percebem que os respeitáveis parlamentares ganham em 2 dias, por pronunciamentos de valores discutíveis, o que

o médico combatente da vida recebe em um mês. Vai dormir pensando em hierarquias de valores e acorda com os jornais anunciando um provável erro médico ocorrido durante o seu plantão de véspera.

Diante dessa tempestuosa realidade, encontra-se o médico mal remunerado buscando com enormes dificuldades atualizar-se para bem exercer a sua arte. A necessidade, porém, de se tornar e permanecer bom médico, imposta pela vida profissional, é o fulcro de uma outra questão sem adequada resposta. A chamada educação permanente é imprescindível do médico, fator primordial na manutenção da competência profissional. Tal empreitada, tão necessária, só seria exequível com o adequado entrosamento entre as Escolas de Medicina, a

Previdência Social e as Sociedades Médicas, pois estão presentes no mesmo barco, quem forma, quem absorve, e quem associa os médicos.

O que ocorre na prática, porém, são profundos desencontros gerados principalmente pela Previdência, preocupada apenas em oferecer uma assistência médica que privilegia a quantidade em detrimento da qualidade, desatenta, por tanto, ao necessário aperfeiçoamento científico dos seus profissionais.

Como comemorar o nosso dia senão desencadeando, através de nossa AML, uma campanha mostrando que conhecemos os diagnósticos e os respectivos tratamentos de todos esses males? Escutem-nos, por favor, mesmo que seja apenas hoje.

ATIVO

PASSIVO

CIRCULANTE

CONTAS CORRENTES

Banestado	49.412,58
Bamerindus	<u>17.190,71</u>
	66.603,29

PATRIMÔNIO
Patrimônio Líquido 23.164.938,43

APLICAÇÕES

Bamerindus F.N.I.....	6.522.408,22
-----------------------	--------------

POUPANÇA

Banestado	145.082,68
Bamerindus	<u>352.000,98</u>
	497.083,66
	<u>7.080.095,17</u>

RECEITA

Renda de Contribuições 45.038.421,94
Renda de Aplicações 132.291.072,16
Outras Rendas 1.666,64
177.331.160,74

VALORES EM NCZ\$ A ORDEM DO BACEN

Aplicações	3.815,08
Banestado.....	<u>1.938.013,62</u>
Bamerindus.....	1.941.828,70

POUPANÇA

Banestado.....	36.828.953,45
Bamerindus.....	<u>76.038.984,36</u>
	112.867.937,81

INVESTIMENTOS

Banestado C/Ouro.....	7.595.193,73
Bamerindus C/Ouro.....	<u>15.720.426,00</u>
	23.315.619,73
	<u>138.125.386,24</u>

IMOBILIZADO

Móveis e Utensílios.....	5.230,00
--------------------------	----------

DESPESAS

Aposentados	44.266.016,12
Ajuda de Custo.....	433.451,68
Materiais de Consumo	10.692,20
IOF.....	9.906.317,33
Imp. Renda s/ Rend. Aplic.....	389.013,03
Imp. Estad. s/Rend. Aplic.....	13.590,97
Despesas Bancárias.....	178.431,63
Seguros.....	<u>81.874,80</u>
	55.279.387,76

TOTAL DO ATIVO	200.496.099,17
----------------------	----------------

TOTAL DO PASSIVO.....	200.496.099,17
-----------------------	----------------

LAURO IOBO ALCANTARA

WERNER WANDERER

VICENTE P. RODACKI

Contador CRC-PR 6635